

Ceará

TRT da 7ª Região

Tomada de Contas, Exercício de 2009

COMPLEMENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2009



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL

MEMO Nº 165/2010 - DG

Fortaleza, 15 de julho de 2010.

A Senhora
ANA PAULA BORGES DE ARAUJO ZAUPA
Assessora de Controle Interno

ASSUNTO: Relatório de Gestão 2009

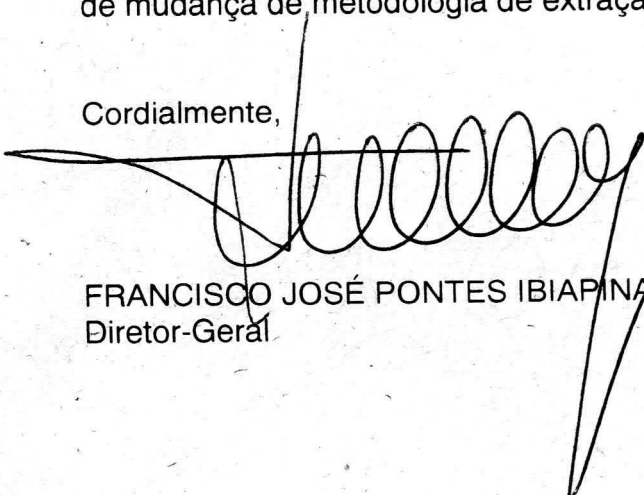
Em atenção aos MEMO ACI 106 e 112/2010, apresentamos, em anexo, as informações solicitadas.

Esclarecemos, entretanto, relativamente ao item 2.3. do MEMO ACI 106, que os Termos de Cooperação Técnica firmado entre este Tribunal e a Caixa Econômica Federal, e ainda, com o Banco do Brasil, foram equivocadamente inseridos no relatório de Gestão 2009, como informação pertinente ao item 6 da parte "A – conteúdo Geral" do anexo II da decisão Normativa TCU nº 100, posto que não se enquadram na definição de Termo de Cooperação Técnica ou Convênios de repasse, uma vez que inexistiu a transferência de valores deste Tribunal aos referidos Órgãos.

Informamos ainda, que as declarações solicitadas no item 4 do MEMO ACI 106, já foram encaminhadas à essa Assessoria de Controle Interno.

Por oportuno, encaminhamos anexo, dados enviados pela Assessoria de Planejamento Estratégico e que necessitam ser retificados no Relatório em face de mudança de metodologia de extração dos mesmos.

Cordialmente,



FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA
Diretor-Geral



Análise Crítica da Programação Orçamentária originária e adicional

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

Os limites estabelecidos para atender as despesas com Pessoal e Encargos Sociais foram suficientes para o cumprimento da programação de trabalho relativo ao exercício de 2009.

Contudo, a UO, ao indicar a necessidade orçamentária, leva em conta, também, todos os valores relacionados a passivos que se encontram pendentes de solução, o que, geralmente, não é atendida pelo órgão gerencial (SOF), levando a necessidade de suplementação via Créditos Adicionais.

Na parte referente aos Créditos Adicionais, ainda, houve, a descentralização de recursos com o fito de atender a nomeação de cargos e funções decorrentes da Lei 11.999/2009.

Com relação a Outras despesas correntes, houve um corte em relação ao que foi proposto originariamente no PLOA, especialmente na ação "Ações de Informática".

Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior

A análise dos limites orçamentários em relação ao exercício anterior demonstra que não houve um acréscimo relacionado aos investimentos do órgão, considerando o que foi atendido na PLOA 2009 pelo Setorial.

A não previsão de aumento de investimentos na redação original do PLOA 2009 em relação a LOA 2008, implica em um impacto negativo na programação do órgão, impondo à UO uma mudança de estratégia para o atendimento das despesas normais de investimento.

A dotação havida a maior na parte de Investimentos foi oriunda de emendas ao PLOA 2009 oriundas da bancada do estado do Ceará e de parlamentares, individualmente, e com destinação certa.

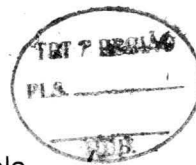
No mesmo sentido, o aumento em relação às Outras Despesas Correntes, em face da LOA 2008 verificou-se insuficiente, principalmente pela ocorrência de aumentos significativos em certas despesas como os correios.

Análise Crítica da Execução Orçamentária de créditos originários do TRT

Alterações significativas ocorridas no exercício

Com relação às Outras Despesas Correntes, o valor alocado na LOA 2009 causou dificuldades na programação orçamentária, principalmente em face de aumentos nas despesas com correios, decorrente do aumento das tarifas postais em 2009; aumento do valor de diárias – congeladas há 14 anos; aumento do valor do benefício do auxílio alimentação e mudanças de regras para o atendimento das despesas com auxílio pré-escolar (alterações não contempladas no PLOA 2009 uma vez que ocorreram no final do exercício de 2008 ou durante o ano de 2009)

Com efeito, os acontecimentos acima referidos impactaram de forma negativa a Programação Orçamentária do exercício de 2009 obrigando o órgão a mudanças de



estratégia a fim de cumprir as programações de trabalho, o que se justifica pela solicitação dos Créditos Adicionais, destinados a que suplementação da ação "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho" em detrimento de outras, em especial a ação "Construção do Edifício Destinado ao Depósito Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região".

Contingenciamento no exercício

Muito embora ao final do exercício o valor inicialmente contingenciado tenha sido liberado, não houve mais tempo hábil para a instrução e realização de certames licitatórios.

Ressalte-se que esse problema vem se repetindo a cada ano.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Problemas com a realização de licitações, mormente a relacionada a ação "Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho, impediram a execução orçamentária dessa ação.

Ainda, a não conclusão dos processos de aquisição dos terrenos destinados a construção do edifício destinado a abrigar o Depósito Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região prejudicaram a execução orçamentária dessa ação.

Por fim, a intempestividade na liberação dos recursos contingenciados é outro evento prejudicial para uma execução orçamentária satisfatória.

Análise Crítica da Execução Orçamentária de créditos recebidos pelo TRT

Alterações significativas ocorridas no exercício

No exercício de 2009 o Conselho Superior da Justiça do Trabalho disponibilizou recursos orçamentários do Projeto de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, de responsabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, que foram aplicados da seguinte forma:

AQUISIÇÃO DE MICRO-COMPUTADORES	68.990,14
AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS A LASER	162.250,00
SERVIÇOS DE REFORMA NA ESCOLA DE MAGISTRATURA	82.169,51
NOTEBOOKS PARA MAGISTRADOS	167.340,00
POLTRONAS GIRATÓRIAS PARA DIVERSOS SETORES DO TRIBUNAL	59.760,30

Esta Unidade Orçamentária recebeu, ainda, créditos descentralizados de outras unidades orçamentárias, em movimentação externa, para pagamento de precatórios da administração indireta e recursos referentes ao Sistema Integrado de



Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho, nas ações 5093 e 2C73.

Análise Crítica da Execução Orçamentária por programa de governo

Considerando que o quadro de execução por programa de Governo, relativamente aos programas 0571-Prestação Jurisdicional Trabalhista, Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, e Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais por serem de responsabilidade do gerente dos referidos programas não foi preenchido por esta Unidade, não constando, assim, do Relatório de Gestão de 2009, não foi possível realizar a análise crítica requerida, devendo a mesma ser colhida junto ao TST.

Análise Crítica da Execução Física das Ações realizadas pelo TRT

Cumprimento das metas físicas

0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões: com 98,14% (noventa e oito vírgula catorze) de obtenção da meta, considera-se satisfatória a execução física desta ação orçamentária.

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes: obteve-se uma execução física satisfatória desta ação, uma vez que 98,56% (noventa e oito vírgula cinquenta e seis) da meta prevista foi realizada.

2010 - Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores: obteve-se 66,36% (sessenta e seis vírgula trinta e seis) da meta física prevista.

2011-Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados: observou-se um percentual de 70% (setenta por cento) de alcance da meta física.

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados: com 98,01% (noventa e oito vírgula um) de obtenção da meta, considera-se satisfatória a execução física da ação orçamentária.

4091 - Capacitação de Recursos Humanos: obteve-se 79,17% (setenta e nove vírgula dezessete por cento) de alcance da meta física.

4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes: obteve-se 123% (cento e vinte e três) de obtenção da meta.

4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho: atingiu-se 96,74% (noventa e seis vírgula setenta e quatro por cento) da meta física prevista. Tendo em vista que Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho é a mais importante dentre as ações orçamentárias integrantes do Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista, considera-se significativo que a Justiça do Trabalho da 7ª Região tenha alcançado um elevado índice de execução da meta

8134 – Manutenção de Varas Itinerantes: 0% (zero) atingimento da meta prevista.

7N58 – Construção do Edifício destinado ao Depósito Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região: 0% (zero) de atingimento da meta prevista.

2003 - não há previsão de meta física na LOA, segundo consta no SIGPlan e, também de acordo com dados do sistema, a execução financeira ficou em 79,57%;

Ações que apresentaram problemas de execução

2010 - Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores: O percentual de cumprimento da meta foi, em parte, resultante da metodologia de comprovação da despesa, instituída pelo Ato TRT nº 92/95, que exigia, como pré-requisito para recebimento do benefício, a entrega dos recibos no setor competente do Tribunal. Essa exigência, por vezes, levou à exclusão de um número significativo de

dependentes inscritos no programa de assistência pré-escolar, por falta de apresentação de comprovantes de despesa. Com a revogação do Ato TRT nº 92/95 e a instituição da nova regulamentação do programa pelo Ato TRT nº 172/09, o valor do auxílio passou a ser único, dispensando a comprovação. Há a expectativa de que, em 2010, a meta realizada aproxime-se da prevista.

2011-Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados: De acordo com o Ato TRT nº 119/07, que regulamenta o auxílio-transporte, o valor mensal do benefício resulta da correspondência entre o valor diário total da despesa realizada com transporte coletivo, multiplicada por 22 (vinte e dois) dias, observando-se o desconto de 6% (seis por cento) no vencimento-base ou do valor-base do cargo comissionado. No exercício financeiro em análise, a previsão da meta foi feita com base em dados do primeiro semestre. Em dezembro de 2008, contudo, um reajuste salarial teve como impacto direto o incremento do vencimento-base do servidor. Consequentemente, para vários servidores, o aumento do desconto tornou desinteressante o recebimento do auxílio-transporte. Verificou-se, assim, no exercício de 2009, uma exclusão de vários servidores do benefício, com impacto na meta física realizada.

4091 - Capacitação de Recursos Humanos: se informou, no exercício de 2009, o produto "servidor capacitado", definido como servidor participante de evento de capacitação promovido com recursos da ação orçamentária 4091 (ou com ônus). Destarte, foram excluídos do total os servidores capacitados mediante eventos sem ônus para o TRT ou que não foram custeados com recursos da ação orçamentária 4091. Tendo em vista que o produto é "servidor capacitado", houve a preocupação em evitar dupla contagem ou repetição do mesmo servidor em vários treinamentos. Portanto, o percentual alcançado da meta física é expressivo, embora não reflita perfeitamente os esforços envidados por este Tribunal na capacitação de seus servidores. Observa-se, por exemplo, que há um número substancial de servidores que foram capacitados através de ensino a distância, mediante convênio com a ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), cujo treinamento não é capturado na meta física acima.

8134 - Manutenção de Varas Itinerantes: problemas com a realização de licitações impediram que se atingisse a meta estipulada para esta ação;

7N58 - Construção do Edifício destinado ao Depósito Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região: a não conclusão dos processos de aquisição dos terrenos destinados a construção do edifício destinado a abrigar o Depósito Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região levaram ao não cumprimento da meta física desta ação.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes: no caso da ação orçamentária em tela, o valor realizado foi sensivelmente superior ao previsto. Verifica-se, mais uma vez, o caráter imprevisível das perícias.

Ações prioritárias na LDO

Não há

Análise Crítica da Situação da Gestão de Recursos Humanos

O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, apesar de ser originário dos antigos Conselhos Regionais do Trabalho instalados por Getúlio Vargas, em 1941, possui um quadro próprio de servidores aquém de suas necessidades, apesar da sanção, em julho de 2009, da Lei 11.999.

Essa carência leva a um elevado número de servidores requisitados, seja da União, Estados ou Municípios, ou de outras esferas de poder.

Pelo quadro constante às fls 42 do Relatório de Gestão de 2009, o TRT possui 191 servidores requisitados para um quadro permanente de 864 servidores (um percentual de 22%).

O reduzido número de servidores implica, também, em dificuldades para cumprimento da Resolução do CSJT que estabelece um percentual máximo de 20% de servidores em atividade na área administrativa, uma vez que a simples transferência de servidores para a área judiciária de modo a se atingir o limite indicado, levaria a graves deficiências nos serviços administrativos, com reflexos negativos para todo o Tribunal.

Não obstante, o desenvolvimento do capital humano é política da unidade jurisdicionada, estando previstas no Planejamento Estratégico aprovado em dezembro de 2009, as seguintes ações:

- Criar o Programa de Saúde Preventiva do TRT-7ª Região.
- Ampliar o Programa de Preparação para Aposentadoria.
- Ampliar o Programa de Instrutoria Interna.
- Viabilizar o acesso dos servidores a treinamentos garantindo a transparência.
- Disseminar as atribuições setoriais entre os servidores e Estabelecer Rodízio de Atribuições.
- Instituir Programa de Excelência no Atendimento.
- Realizar Pesquisa de Satisfação do Servidor.
- Ampliar a Gestão Participativa.
- Criar o Programa Permanente de Capacitação e Plano Anual de Capacitação, nos moldes da Portaria Conjunta nº. 01/03 – 2007.
- Institucionalizar o Ensino à distância (EAD).
- Rever os critérios e a metodologia da Avaliação Funcional (nova formatação).

Indicadores sobre Recursos Humanos

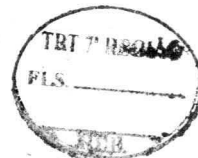
O órgão instituiu em dezembro de 2009, através da Resolução 322/2009 os seguintes indicadores relacionados a recursos humanos:

- Hora de capacitação por magistrado;
- Hora de capacitação por servidor;
- Capacitação – magistrados;
- Capacitação – servidores;
- Priorização de Ensino a Distância – Horas-Aula à Distância
- Avaliação Funcional
- Satisfação dos Magistrados e Servidores com o Clima Organizacional do TRT

Esses indicadores estão vinculados ao monitoramento das metas do objetivo no. 9 do Planejamento Estratégico.

Análise Crítica da Gestão de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Os valores de Restos a Pagar processados referem-se, principalmente, a liquidação de precatórios solicitada pelos advogados e que não são pagos de imediato



por causa de incidentes processuais (05 NE's), ou valores de materiais efetivamente entregues/ serviços prestados por fornecedores até dez/09 (06 NE's), e que estavam pendentes apenas do estágio de pagamento.

Ainda, em dez/2009 há registro no SIAFI de Restos a Pagar não processados referente a 2007 (05 NE's) e 2008 (07 NE's) e que a prorrogação da validade dos mesmos até 31/12/10, está amparada pelo Decreto 7.057/09.

JUSTIÇA DO TRABALHO - TRT 07ª Região

LITIGIOSIDADE

Carga de Trabalho e Taxa de Congestionamento	1º Semestre	2º Semestre	Ano 2009	Comentários
2º GRAU				
Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	4.048	4.983	9.031	
Cp2º - Casos Pendentes de 2º Grau	1.697	1.992	1.697	
RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	492	630	1.122	
Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	3.876	4.564	8.440	
1º GRAU (Conhecimento e Execução)				

1º GRAU - CONHECIMENTO

	1º Semestre	2º Semestre	Ano 2009	Comentários
CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	23.558	21.178	44.736	
CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	13.562	16.409	13.562	
RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau	537	504	537	
SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau	20.844	22.288	43.132	

1º GRAU - EXECUÇÃO

	1º Semestre	2º Semestre	Ano 2009	Comentários
CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	27	3	30	
CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	2	2	4	
ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau	6.964	6.979	13.943	
ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau	40.347	41.496	40.347	
SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	nd	nd	nd	
SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	nd	nd	nd	
SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau	4.094	3.309	7.403	

RECORRIBILIDADE

	1º Semestre	2º Semestre	Ano 2009	Comentários
2º GRAU				
Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau	459	581	1.040	

